**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE
LEI Nº 6726, DE 2016, DO SENADO FEDERAL, QUE "REGULAMENTA O LIMITE
REMUNERATÓRIO DE QUE TRATAM O INCISO XI E OS §§ 9º E 11 DO ART. 37 DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

(do Sr. Chico Alencar)

“Requer seja realizada Audiência Pública da Comissão Especial a fim de conhecer melhor as nuances do texto constitucional no que tange ao teto remuneratório do serviço público.”

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública para discutir a atual situação constitucional do país no que tange às possibilidades práticas e teóricas para resolver o problema referente às verbas que excedem o teto remuneratório.

Para tanto, requeremos que seja convidado:

- o Professor Marcelo Neves, Professor Titular de Direito Constitucional da Universidade de Brasília – UnB

- o Professor Alexandre Veronese, Professor Adjunto de Sociologia de Direito da Universidade de Brasília - UnB e assessor do Ministro do STJ Humberto Martins

- Anjuli Tostes - a Servidora da CGU

JUSTIFICATIVA

Sabemos que o problema que o Projeto de Lei procura sanar não é só de ordem prática, mas também teórica, sendo importante ouvir um dos maiores constitucionalistas da atualidade no país e outros pensadores do direito que estão diretamente vinculados à realidade dos

servidores públicos brasileiros. Assim, para além de escutar as categorias mais afetadas pela regulamentação do teto, teremos acesso a perspectivas mais abrangentes do problema.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 2017.

CHICO ALENCAR

Deputado Federal – PSOL/RJ